

7° SIMULADO

TCE RJ

ÁREA: CONTROLE EXTERNO
PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

Simulado TCE/RJ Área Controle Externo – Pós Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TCE/RJ;
- 2 – A prova contém **200 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma **auto avaliação!** Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TCE-RJ-31-05-20>

01 – C E	26 – C E	51 – C E	76 – C E	101 – C E	126 – C E	151 – C E	176 – C E
02 – C E	27 – C E	52 – C E	77 – C E	102 – C E	127 – C E	152 – C E	177 – C E
03 – C E	28 – C E	53 – C E	78 – C E	103 – C E	128 – C E	153 – C E	178 – C E
04 – C E	29 – C E	54 – C E	79 – C E	104 – C E	129 – C E	154 – C E	179 – C E
05 – C E	30 – C E	55 – C E	80 – C E	105 – C E	130 – C E	155 – C E	180 – C E
06 – C E	31 – C E	56 – C E	81 – C E	106 – C E	131 – C E	156 – C E	181 – C E
07 – C E	32 – C E	57 – C E	82 – C E	107 – C E	132 – C E	157 – C E	182 – C E
08 – C E	33 – C E	58 – C E	83 – C E	108 – C E	133 – C E	158 – C E	183 – C E
09 – C E	34 – C E	59 – C E	84 – C E	109 – C E	134 – C E	159 – C E	184 – C E
10 – C E	35 – C E	60 – C E	85 – C E	110 – C E	135 – C E	160 – C E	188 – C E
11 – C E	36 – C E	61 – C E	86 – C E	111 – C E	136 – C E	161 – C E	186 – C E
12 – C E	37 – C E	62 – C E	87 – C E	112 – C E	137 – C E	162 – C E	187 – C E
13 – C E	38 – C E	63 – C E	88 – C E	113 – C E	138 – C E	163 – C E	188 – C E
14 – C E	39 – C E	64 – C E	89 – C E	114 – C E	139 – C E	164 – C E	189 – C E
15 – C E	40 – C E	65 – C E	90 – C E	115 – C E	140 – C E	165 – C E	190 – C E
16 – C E	41 – C E	66 – C E	91 – C E	116 – C E	141 – C E	166 – C E	191 – C E
17 – C E	42 – C E	67 – C E	92 – C E	117 – C E	142 – C E	167 – C E	192 – C E
18 – C E	43 – C E	68 – C E	93 – C E	118 – C E	143 – C E	168 – C E	193 – C E
19 – C E	44 – C E	69 – C E	94 – C E	119 – C E	144 – C E	169 – C E	194 – C E
20 – C E	45 – C E	70 – C E	95 – C E	120 – C E	145 – C E	170 – C E	195 – C E
21 – C E	46 – C E	71 – C E	96 – C E	121 – C E	146 – C E	171 – C E	196 – C E
22 – C E	47 – C E	72 – C E	97 – C E	122 – C E	147 – C E	172 – C E	197 – C E
23 – C E	48 – C E	73 – C E	98 – C E	123 – C E	148 – C E	173 – C E	198 – C E
24 – C E	49 – C E	74 – C E	99 – C E	124 – C E	149 – C E	174 – C E	199 – C E
25 – C E	50 – C E	75 – C E	100 – C E	125 – C E	150 – C E	175 – C E	200 – C E

CONHECIMENTOS BÁSICOS**PORTUGUÊS**

Décio Terror

Se a vida é um vale de lágrimas, por que não processar os pais por nos terem trazido ao mundo?

Se o leitor nunca pensou nessa hipótese, isso pode significar duas coisas. Primeiro, que é uma pessoa sã. Segundo, que nunca leu a saga do indiano Raphael Samuel, 27, que tentou processar os progenitores, segundo o jornal "The Guardian".

Sim, Samuel confessa que tem uma excelente relação com eles. Mas há, digamos, um "pecado original" que o rapaz não pode perdoar: ele nasceu sem dar o seu consentimento. Uma indenização, ainda que simbólica, seria uma forma de fazer doutrina: quando queremos ter filhos, é importante ter o consentimento deles.

Por essa altura, o leitor inteligente que lê as minhas colunas já deve ter feito uma pergunta fundamental: como obter esse consentimento? E, já agora, em que fase?

A ciência terá aqui uma palavra importante. Mas, conhecendo o narcisismo da espécie e a tendência irresistível de marchar pelas causas mais improváveis, não é de excluir que adolescentes de todas as idades, frustrados com a vida e com a necessidade de escovar os dentes, encontrem em Raphael Samuel um modelo (de negócio).

Antigamente, os pais poupavam para a universidade dos filhos. Hoje, convém poupar primeiro para a indenização que eles nos vão pedir.

No limite, ver o filho a pedir uma indenização aos pais por ter nascido faz tanto sentido como pedir uma indenização ao filho por ele não querer estar cá. Quem disse que só o filho pode ter razões de queixa?

O problema dos cálculos meramente utilitaristas é que eles são dotados de uma espantosa flexibilidade. E da mesma forma que os filhos avaliam os seus danos por terem nascido, os pais podem atuar da mesma forma.

Investiram tudo no delfim – patrimônio genético, tempo, dinheiro, sanidade e expectativas legítimas de que ele seria um adulto.

Mas o ingrato, no fim das contas, ainda quer fazer contas. Se isso não é motivo para uma indenização pesada, só um anjo nos pode salvar.

(João Pereira Coutinho, Alô, filho, você quer mesmo sair? Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>. Adaptado)

01. Os elementos e a estrutura caracterizam o texto como expositivo.

02. Infere-se do quarto parágrafo que o autor enaltece os leitores de suas colunas, considerando-os, na sua totalidade, inteligentes.

03. Um recurso utilizado no texto é a intertextualidade, pois se baseia numa história narrada num livro sobre um filho que processa os pais.

04. A frase "Quem disse que só o filho pode ter razões de queixa?" (7º parágrafo) é uma pergunta retórica, pois não há necessidade de resposta direta, tendo em vista que já se pode subentender que não é só o filho que tem razões de queixa.

05. A reescrita do trecho "Se o leitor nunca pensou nessa hipótese, isso pode significar duas coisas. Primeiro, que é uma pessoa sã. Segundo, que nunca leu a saga do indiano Raphael Samuel, 27, que tentou processar os progenitores, segundo o jornal "The Guardian". (2º parágrafo) mantém a correção gramatical e o sentido da seguinte forma: **Se o leitor nunca pensou nessa hipótese, isso pode significar duas coisas: primeiro, que é uma pessoa sã; segundo, que nunca leu a saga do indiano Raphael Samuel (27), que tentou processar os progenitores, conforme o jornal "The Guardian".**

06. A expressão "ainda que simbólica" (3º parágrafo) apresenta valor adverbial concessivo.

07. A dupla vírgula, no trecho "Mas há, digamos, um 'pecado original' que o rapaz não pode perdoar: ele nasceu sem dar o seu consentimento" (3º parágrafo), pode ser substituída por duplo travessão, permanecendo a correção gramatical e o sentido original.

08. Na oração "que o rapaz não pode perdoar" (3º parágrafo), o elemento "que" introduz oração de natureza explicativa.

09. As orações "que só o filho pode ter razões de queixa" (7º parágrafo) e "que eles são dotados de uma espantosa flexibilidade" (8º parágrafo) têm em comum serem complementos dos verbos anteriores.

10. A oração reduzida “conhecendo o narcisismo da espécie e a tendência irresistível de marchar pelas causas mais improváveis” (5º parágrafo) apresenta valor adverbial condicional.
11. Como o pronome pessoal do caso reto “eles”, em “*Hoje, convém poupar primeiro para a indenização que eles nos vão pedir.*” (6º parágrafo), não é palavra atrativa, cabe o posicionamento do pronome átono “nos” imediatamente após o verbo “vão” da seguinte forma: **vão-nos pedir**.
12. O verbo “seria”, em “Uma indenização, ainda que simbólica, seria uma forma de fazer doutrina: quando queremos ter filhos, é importante ter o consentimento deles.” (3º parágrafo) é empregado por transmitir hipótese.
13. A preposição “por”, nas expressões “por nos terem trazido ao mundo” (1º parágrafo) e “Por essa altura” (4º parágrafo), transmite valor de causa.
14. A expressão “nessa hipótese” (2º parágrafo) apresenta recurso anafórico e retoma o primeiro período do texto.
15. As palavras do texto “tendência”, “improváveis” e “cálculos” são acentuadas pelo mesmo motivo gramatical.
16. No segmento “é importante ter o consentimento deles” (3º parágrafo), todo o trecho subsequente ao termo “importante” funciona como complemento desse termo.
17. No período “O problema dos cálculos meramente utilitaristas é que eles são dotados de uma espantosa flexibilidade.” (8º parágrafo), o adjetivo “espantosa” apresenta valor subjetivo, tendo em vista deixar transparecer uma apreciação, uma consideração do autor.
18. A reescrita do período “E da mesma forma que os filhos avaliam os seus danos por terem nascido, os pais podem atuar da mesma forma.” mantém a coerência textual, da seguinte forma: **Da mesma forma que os filhos avaliam seus danos por terem nascido, os pais também podem avaliar seus danos por tê-los criado.**

19. A vírgula após “indenização pesada” (10º parágrafo) é obrigatória, por isolar oração subordinada adverbial antecipada.
20. A expressão “por que” (1º parágrafo), pode ser substituída por **porque**, mantendo-se o sentido e a correção, tendo em vista que a pergunta transmite um valor de causa.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

Acerca do conceito e evolução do Estado moderno, julgue o item a seguir.

21. Texto: Desde a sua formação inicial, o estado moderno atravessou três séculos de evolução, passando por quatro estágios consecutivos de desenvolvimento.

Assertiva: A respeito desses estágios, é correto afirmar que o quarto estágio de desenvolvimento do estado moderno é o Estado liberal.

Acerca da governança no setor público, julgue o item a seguir.

22. Relações éticas, conformidade, transparência e prestação de contas responsável são princípios que sustentam a governança pública.

Acerca das reformas do aparelho do Estado no Brasil, dos modelos de Estado patrimonialista, burocrático e gerencial, julgue os seguintes itens.

23. Após as muitas reformas administrativas ocorridas no Estado brasileiro, atualmente, pode-se afirmar que os elementos patrimonialistas ainda estão presentes, tendo ganhado apenas uma nova roupagem.

24. No modelo de administração pública caracterizado pela utilização de práticas burocráticas, o poder racional-legal e os mecanismos de controle administrativo, predominantemente a priori, são utilizados para combater a corrupção e o nepotismo.

25. Durante o governo de Getúlio Vargas, foi realizada a primeira reforma da administração pública brasileira, cujos objetivos envolviam a profissionalização do serviço público, tendo sido implantados sistemas de recrutamento e seleção baseados na meritocracia.

26. Caso um governo adote a descentralização política e a centralização da execução e da administração, pode-se afirmar que ele se encontra alinhado com as práticas adotadas durante o governo de Juscelino Kubitschek.

27. A reforma administrativa que transferiu atividades para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, como uma estratégia de desburocratização da máquina pública, foi realizada no século passado, em 1995, por meio do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado.

28. A Constituição Federal de 1988 representou um grande retrocesso em termos de gestão pública, por ter retirado a autonomia do Poder Executivo para tratar de sua própria organização, bem como por ter retirado a autonomia da administração indireta, com a aplicação de regras burocráticas de funcionamento da administração direta.

29. **Texto:** O governo Collor teve entre suas características negativas a ausência de um plano formal para tratar os problemas do país, bem como ausência de debates e diálogo.

Assertiva: Dentre as ações do governo Collor podem-se citar redução do tamanho da máquina Estatal, redução dos salários dos servidores públicos e redução do número de servidores, através de demissões massivas.

30. O Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado tinha entre seus objetivos principais a melhoria da governabilidade, ou seja, da capacidade da administração pública formular, implementar e avaliar políticas públicas de modo eficiente e efetivo, com foco no cidadão e na sociedade.

ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES

Raphael Lacerda

Sobre dados, informação, conhecimento e inteligência avalie os itens abaixo.

31. O modelo DIKW ou pirâmide DIKW é um método frequentemente usado, com raízes na gestão do conhecimento, para explicar como passamos de dados (o Data) para informações (Information), conhecimento (Knowledge) e sabedoria (Wisdom). O modelo possui um componente de ações e decisões.

32. Informações são fatos puros e simples, sem nenhuma estrutura ou organização específica, os átomos básicos do conhecimento.

33. Informação é um conjunto de sinais que representam o significado (ou o conteúdo) dos pensamentos que o indivíduo justificadamente acredita que são verdadeiros.

34. Sabedoria é a capacidade de usar seu conhecimento e experiência para tomar boas decisões e julgamentos.

Sobre dados abertos e dados estruturados avalie as afirmações abaixo.

35. Os dados abertos devem ser primários, processáveis por máquina e disponibilizados em formato não proprietário.

36. Os dados semiestruturados não possuem uma estrutura regular e implícita sendo considerados auto descritivos e sem esquema prévio definido.

Sobre metadados e índices julgue os itens a seguir

37. O dicionário de dados pode ser considerado um banco de dados; ele contém os metadados, ou seja, definições de outros objetos do sistema, em vez de somente “dados crus”.

38. Os índices são mecanismos que agilizam a consulta aos bancos de dados. Eles funcionam como atalhos que permitem que a pesquisa seja feita por uma chave de busca que possui um ponteiro associado. Este leva a um endereço na memória onde se encontra o dado pesquisado.

Sobre o modelo multidimensional julgue os itens a seguir

39. No modelo Snow Flake, as tabelas fatos possuem uma hierarquia, ou seja, são normalizadas até a terceira forma normal.

40. Uma medida é um atributo presente na tabela fato que apresenta os dados de natureza qualitativa. Esses dados podem ser agregados em todas as dimensões, permitindo análises ilimitadas.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Tonyvan Carvalho

41. Auditoria é o processo sistemático, documentado e dependente de se avaliar objetivamente uma situação ou condição para determinar a extensão na qual critérios são atendidos, obter evidências quanto a esse atendimento e relatar os resultados dessa avaliação a um destinatário predeterminado.

42. Os princípios éticos que orientam o trabalho dos auditores de acordo com as Normas de Auditoria do TCU (NAT) são: interesse público, preservação e defesa do patrimônio público; integridade; independência, objetividade e imparcialidade e uso do cargo, de informações e de recursos públicos. A integridade dos auditores estabelece confiança e representa a base para a confiabilidade em seu julgamento. Para sustentar a confiança pública, a

conduta dos auditores deve ser irrepreensível e estar acima de qualquer suspeita, o que exige a condução dos trabalhos com uma atitude objetiva, baseada em fatos, não partidária, e não ideológica em relação às entidades auditadas e aos usuários de seus relatórios. As partes interessadas, de maneira geral, esperam dos auditores uma atitude honesta, sincera e construtiva.

43. Deve ser desenvolvido e documentado um plano para cada trabalho de auditoria, que evidenciará o objetivo, o escopo, o prazo e a alocação de recursos. Os auditores devem desenvolver programas de auditoria que alcancem os objetivos de auditoria e tais programas, e seus eventuais ajustes, devem ser registrados e aprovados durante a execução da auditoria.

44. **Situação hipotética:** Um auditor governamental necessita de averiguar informações junto aos funcionários responsáveis pelo acompanhamento das vendas, da posição dos investimentos e dos controles internos.

Assertiva: Nesse caso, o auditor utilizará o procedimento de inquérito.

45. Uma das finalidades do trabalho do auditor interno é obter informações sobre os assuntos relacionados aos objetivos e ao alcance da Auditoria Interna. Entre outras qualidades, as informações obtidas precisam ser relevantes, o que ocorre quando a informação auxilia a entidade a atingir suas metas.

46. A observação direta é uma técnica de coleta de dados ou informações que utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Entre as formas mais utilizadas de observação direta está a observação não-identificada. Nessa forma de observação, o pesquisador observa os fatos que ocorrem no ambiente e procura registrar as ocorrências que interessam ao seu trabalho, evitando o mínimo de alterações no ambiente.

47. Na seleção da área temática e do objetivo a ser avaliado na auditoria operacional, deve-se considerar sua contribuição para a melhoria do funcionamento da Administração Pública. Entre os critérios técnicos a serem considerados estão a relevância (a importância relativa ou a representatividade dos recursos envolvidos) e a materialidade (áreas consideradas estratégicas ou prioritárias nos instrumentos de planejamento governamental).

48. Em relação às técnicas e aos procedimentos de auditoria governamental, avalie o item subsequente.

A entrevista confirma, por parte de fontes externas à unidade auditada, as informações obtidas junto ao auditado, por meio de declaração escrita ou de uma ou mais cópias de documentos.

49. O exame documental é a análise de documentos relacionados ao objeto da auditoria em busca de dados ou informações que poderão servir de subsídio ao planejamento da auditoria ou como evidências dos achados. Nesse contexto, as duas verificações que devem ser realizadas, obrigatoriamente, são a autenticidade e bases e metodologia de elaboração.

50. A matriz de planejamento é o papel de trabalho em que são registrados os passos e procedimentos a serem realizados na fase de planejamento para que o objetivo da auditoria seja alcançado. Dentre suas finalidades, destacam-se: ampliar a possibilidade de alcançar bons resultados com o trabalho e dar foco ao trabalho de fiscalização.

51. A fase de execução da auditoria governamental é marcada como o principal momento em que são obtidos os achados de auditoria, em consequência da aplicação dos procedimentos de auditoria, da utilização das técnicas e da análise da documentação comprobatória dos atos de gestão. O achado de auditoria deve atender, necessariamente, a alguns requisitos básicos, quais sejam: critério, condição, causa e efeito.

52. O relatório é o principal produto de uma auditoria, sendo o meio pelo qual a equipe de auditoria expressa sua opinião e emite seus comentários e suas sugestões. O requisito de qualidade convicção permite que o relatório seja de fácil leitura e compreensão para o usuário destinatário.

53. As informações coletadas e usadas para dar suporte aos achados de auditoria de desempenho operacional ou de avaliação de programa são consideradas evidências e podem assumir as diferentes formas. Nesse sentido, a evidência especial é aquela a partir de apuração de fraudes em entidades da mesma natureza, com foco nos testes substantivos para mapeamento do sistema de controle interno.

54. A estrutura integrada de controle interno e gerenciamento de risco proposta pelo Committee Of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) está baseada em quatro categorias de objetivos. A categoria de objetivos operacionais está relacionada às metas gerais da entidade.

55. A Declaração de Lima é um documento emitido pela INTOSAI, que tem por finalidade dar um direcionamento técnico para todas as Entidades de Fiscalização Superior, a fim de que os procedimentos utilizados na execução de auditorias respeitem uma homogeneidade em nível internacional.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

Sobre o controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

56. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo Tribunal de Contas da União, mediante controle interno.

57. Situação hipotética: Paulo foi nomeado para ocupar cargo público efetivo, após regular aprovação em concurso público. Ainda durante o estágio probatório, a autoridade competente resolveu nomeá-lo para ocupar cargo em comissão, no mesmo ente da Federação. **Assertiva:** caso o processo de apreciação da legalidade do provimento efetivo ainda não tenha sido deferido pelo Tribunal de Contas, caberá à autoridade administrativa enviar os novos documentos à Corte de Contas, para complementação da apreciação em curso, em virtude do novo provimento.

58. Em sua função informativa, cabe ao Tribunal de Contas, entre outras medidas, representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

59. Se identificar ilegalidades em um contrato administrativo, o Tribunal de Contas não terá competência para determinar a suspensão dos pagamentos, uma vez que essa prerrogativa cabe apenas ao Poder Legislativo.

60. Se, por solicitação de comissão mista permanente do Congresso Nacional, o TCU emitir pronunciamento, concluindo pela irregularidade da despesa pública, caberá à comissão propor ao Congresso Nacional a sustação, caso entenda que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública.

61. Entre os ministros do TCU indicados pelo Presidente da República, somente o de livre escolha será submetido à apreciação do Senado Federal, uma vez que as outras duas vagas são indicadas entre membros do Ministério Público junto ao Tribunal e auditores.

62. O estado do Rio de Janeiro poderá instituir, mediante emenda à Constituição do Estado, um tribunal de contas para os seus municípios, desde que respeitada a competência do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

63. O controle político abrange, entre outras atribuições, a competência do Congresso Nacional para sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

64. Lei de iniciativa parlamentar poderá tratar dos aspectos de organização e de funcionamento do Tribunal de Contas, desde que, após a aprovação, não ocorra impugnação por parte do Tribunal sobre as alterações promovidas pelo órgão legislativo.

65. Constitui exemplo da função corretiva a determinação da suspensão de ato ou de procedimento do Poder Executivo considerado irregular pelo Tribunal de Contas.

66. Somente o partido político com representação no Poder Legislativo terá competência para denunciar ilegalidades perante o Tribunal de Contas.

67. Cabe ao Conselho Nacional de Justiça exercer as prerrogativas sobre o controle das condutas funcionais dos ministros do TCU e dos conselheiros dos tribunais de contas dos estados e do Distrito Federal.

68. O Ministério Público não possui legitimidade para propor ação judicial de execução de título executivo decorrente de decisão do Tribunal de Contas que impute débito ou multa.

69. A competência técnica do Tribunal de Contas do Estado, ao negar registro de admissão de pessoal, não se subordina à revisão pelo Poder Legislativo respectivo.

70. Caso um Tribunal de Contas não emita o parecer prévio sobre as contas do chefe do Poder Executivo nos prazos legais, o processo será automaticamente remetido ao Poder Legislativo, que poderá realizar o julgamento independentemente da emissão do parecer prévio.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

No que se refere aos atos administrativos, sua classificação, atributos e formas de extinção, julgue os itens a seguir.

71. Considere que José pretenda impugnar ato administrativo cujos efeitos lhe são desfavoráveis e que tenha sido emitido com ilegalidade. Nessa situação, em virtude da presunção absoluta de legitimidade dos atos administrativos, o ônus da prova da ilegalidade caberá ao administrado, que deverá cumprir o ato enquanto não decretada a invalidade.

72. A autoexecutoriedade é atributo presente em todos os atos administrativos, permitindo que a administração se utilize da execução forçada para a cobrança das multas decorrentes de infrações administrativas, no âmbito do poder de polícia.

73. A convalidação dos atos administrativos possui efeitos *ex nunc*.

Concessionária de energia elétrica divulga, através de rádios locais, que efetuará a suspensão da distribuição de energia elétrica em determinadas casas da cidade do Rio de Janeiro, por problemas técnicos na rede de transmissão, que passará por manutenção.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens a seguir de acordo com a legislação aplicável, bem como com o entendimento dos Tribunais Superiores em relação à prestação dos serviços públicos.

74. A suspensão do fornecimento de energia elétrica por questões de ordem técnica é permitida, desde que haja aviso prévio ao consumidor.

75. Independentemente da razão da suspensão do fornecimento de energia elétrica, a comunicação prévia ao consumidor sempre será imprescindível.

76. A concessionária de serviços públicos responde por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários do serviço e aos terceiros, independentemente da fiscalização realizada pelo órgão competente, que não atenua e nem exclui sua responsabilidade.

Acerca das licitações públicas, em base nas disposições das Lei nº 8.666/1993 e 10.520/2002, bem como na jurisprudência dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir.

77. Servidor de órgão ou entidade contratante em procedimento licitatório não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação para contratação de serviços, regidos pela Lei nº 8.666/1993, exceto no caso de estar em gozo de licença à época do certame.

78. A contratação de advogados pela administração pública é possível por inexigibilidade de licitação, devendo ser devidamente justificada com a demonstração de que os serviços possuem natureza singular e de que o profissional detém notória especialização.

79. A empresa X foi vencedora de licitação na modalidade pregão, cujo edital fixou em sessenta dias o prazo de validade das propostas. Após a homologação do procedimento, dentro do prazo de validade da proposta, a empresa foi convocada para assinar o contrato, porém não compareceu. Nessa situação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital, com a declaração do novo vencedor.

Acerca das entidades paraestatais, julgue os itens a seguir.

80. A contratação de organizações sociais para a prestação ao poder público de serviços contemplados no contrato de gestão configura hipótese de licitação dispensável.

81. Entidade que pretenda se qualificar como organização social de interesse público deve formular requerimento comprovando os requisitos previstos na legislação, ficando a critério do Ministro competente a aprovação ou não da qualificação, em decisão motivada.

82. A parceria entre o poder público e uma organização social ou entre o poder público e uma organização da sociedade civil de interesse público é formalizada por contrato de gestão, cuja celebração deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economicidade.

Com base nas disposições legais e jurisprudenciais acerca dos agentes públicos, julgue os itens a seguir.

83. Joana é pensionista e foi notificada pela administração estadual para devolver valores indevidamente acrescidos à pensão deixada por seu esposo falecido. A pensionista, contudo, não sabia que os valores acrescidos eram indevidos, e, ao consultar o processo, percebeu que a justificativa da administração foi de que havia ocorrido um equívoco na interpretação da lei por parte da administração, o que seria motivo suficiente para pleitear a devolução. Nessa situação, possui razão a administração, que pode pleitear de ofício a devolução de pagamentos indevidos, em virtude de seu poder de autotutela, quando o pagamento foi fundamentado em interpretação errônea de dispositivo legal.

84. O candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas ofertadas possui direito subjetivo à nomeação no prazo de validade do concurso, exceto se solicitar seu reposicionamento ao final da lista de classificados, situação em que passará a ter mera expectativa de direito à nomeação.

85. João foi aprovado em concurso público em décimo lugar, sendo que o edital previa nove vagas. Julia, aprovada em nono lugar, desistiu de tomar posse. Nessa situação, como João foi aprovado fora do número de vagas previstas, não possui direito subjetivo à nomeação, que ocorrerá a critério da administração.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

Na lição de José Afonso da Silva, as normas constitucionais classificam-se, conforme a eficácia, em normas de eficácia plena, de eficácia contida e de eficácia limitada. **A respeito desse tema, analise as assertivas de 86 a 89.**

86. O dispositivo constitucional que assegurada o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem é exemplo de norma de eficácia limitada de princípio programático, uma vez que o exercício do direito de resposta depende de regulamentação estabelecida por lei infraconstitucional.

87. Norma constitucional de eficácia contida, até que sobrevenha lei infraconstitucional regulamentadora, terá plena eficácia e aplicabilidade integral.

88. A norma constitucional que prescreve a livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens é exemplo de norma constitucional de eficácia contida.

89. Norma constitucional de eficácia limitada é aquela que não produz desde logo todos os seus efeitos e precisa ser completada pelo legislador ordinário.

90. A respeito dos Princípios Fundamentais, julgue a assertiva.

A forma republicana de governo integra expressamente o chamado núcleo duro da Constituição, mais conhecido como cláusula pétrea.

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, **julgue os itens de 91 a 93.**

91. A enumeração dos direitos fundamentais no texto constitucional não exaustiva, de forma que há também direitos e garantias fundamentais nas leis infraconstitucionais e nos tratados internacionais.

92. A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, mas poderá exigir o registro no órgão competente.

93. O brasileiro que adquirir outra nacionalidade perderá, automaticamente, a nacionalidade brasileira.

O Brasil adota o modelo federativo de Estado, caracterizado pela união de entes políticos autônomos, dotados de personalidade jurídica de direito público. Na federação, a organização político-administrativa do Estado é descentralizada, de modo que o Estado Federal é soberano e os entes que o compõem são todos autônomos, isto é, têm autogoverno e capacidade para legislar. **A respeito da organização político-administrativa do Estado, julgue os itens de 94 a 96.**

94. A Constituição Federal proíbe que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios mantenham com cultos religiosos ou igrejas qualquer tipo de aliança, uma vez que o Estado é laico.

95. As competências da União e dos Municípios estão expressas na Constituição Federal, mas as competências estaduais são, em regra, residuais.

96. Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a lei estadual que disponha sobre porte de arma de fogo, por invadir matéria da competência da União.

A respeito da organização dos Poderes, **julgue os itens de 97 a 100.**

97. As Comissões Parlamentares de Inquérito têm Poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas.

98. A instauração de processo criminal contra Deputados e Senadores depende de prévia autorização legislativa, por decisão da maioria absoluta dos membros da respectiva Casa do Congresso Nacional.

99. Os decretos legislativos são espécies normativas primárias normalmente destinadas a tratar de matérias da competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

100. O Procurador-Geral da República pode, por delegação do Presidente da República, conceder indulto.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AFO

Luciana Marinho

101. De acordo com a LRF, julgue o item que se segue:

A LRF determina que o Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de junho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público.

102. De acordo com a LRF, julgue o item que se segue:

A LRF procurou impedir que a Administração Pública de um determinado ente efetue gastos com pessoal acima do limite previsto na própria lei. Sendo assim, a apuração da despesa com pessoal da União terá por base de cálculo a receita corrente líquida e não poderá ultrapassar 60%.

103. Julgue o item que se segue:

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, é nulo de pleno direito o ato que acarrete aumento da despesa com pessoal, instituído nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato da presidência do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro.

104. Julgue o item que se segue:

A LRF, com o fim de evitar confusão financeira e patrimonial, proibiu que o Rio de Janeiro realize, com instituição financeira estatal que controle, operação de crédito em que figure na qualidade de beneficiário do empréstimo. Entretanto, não proíbe instituição financeira controlada de adquirir, no mercado, títulos da dívida pública para atender investimento de seus clientes.

105. Julgue o item que se segue:

Dependendo da forma de governo existente, os orçamentos podem ser classificados em três tipos: legislativo, executivo e misto. Sendo assim, o orçamento atualmente adotado pelo Brasil é do tipo misto.

106. No tocante aos créditos adicionais, julgue o item que se segue:

Na hipótese de ocorrer determinada emenda de despesas previstas no projeto de orçamento anual, e em razão disso sobraem receitas, elas poderão ser utilizadas mediante a abertura de créditos especiais ou suplementares, não necessitando, nesse caso, de autorização legislativa e a indicação de recursos.

107. No tocante às técnicas orçamentárias, julgue o item que se segue:

O orçamento de desempenho se mostrou uma evolução do orçamento incremental, na procura de mecanismos de avaliar o custo dos programas de governo e de cada ação integrada ao planejamento.

108. Conforme a LRF, julgue o item que se segue:

Os Tribunais de Contas são uma das instituições mais antigas do país. O STF os considera verdadeiros tribunais com jurisdição especial. Tamanha importância faz com que suas despesas com pessoal do Tribunal de Contas do Estado sejam autônomas, pois não observam os limites impostos aos demais Poderes.

109. Julgue o item que se segue:

Segundo Lei nº 4.320/64, consideram-se subvenções as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.

110. Sobre os modelos e técnicas orçamentárias, julgue o item que se segue:

O orçamento tradicional ou clássico é o processo de elaboração do orçamento constituído de um único documento, no qual se previam as receitas e a autorização por tipo de gasto, sem qualquer definição do programa e dos objetivos de governo.

111. Sobre os modelos e técnicas orçamentárias, julgue o item que se segue:

O orçamento-programa é o instrumento de ligação entre o planejamento e as funções executivas da organização. Nesse sentido, as decisões orçamentárias são tomadas com base em avaliações e análises técnicas das alternativas possíveis.

112. Com relação a despesa pública, julgue o item que se segue:

Na classificação funcional da despesa, a categoria denominada projeto tem a ver com as despesas que não contribuem para a manutenção de ações de governo, nem para a geração de um produto governamental definido.

113. Julgue o item que se segue:

O ciclo orçamentário na administração pública compreende a um período de tempo que se confunde com o exercício civil, ou seja, é o espaço de tempo equivalente ao período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano.

114. Julgue o item que se segue:

A LRF dispõe que, quanto aos restos a pagar, é vedado ao titular de Poder, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele.

115. Julgue o item que se segue:

A Lei Orçamentária Anual compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e o orçamento da seguridade social; enquanto a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem a finalidade de nortear a elaboração dos orçamentos anuais de forma a adequá-los às diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidos no plano plurianual.

116. Julgue o item que se segue:

Segundo a LRF, caso o ente ultrapasse o limite total da despesa com pessoal, o percentual excedente terá de ser eliminado nos três quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro.

117. Julgue o item que se segue:

De acordo com o sistema financeiro da CF/88, o princípio orçamentário da exclusividade não se aplica a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operação de crédito por antecipação da receita (ARO).

118. Julgue o item que se segue:

Em um contexto de crise nas contas públicas, buscou-se a LRF para estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações em que se previnam riscos e corrijam os desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilização como premissas básicas.

119. Julgue o item que se segue:

Os investimentos efetuados pela União nas entidades vinculadas às áreas de saúde, assistência social e previdência social devem constar do orçamento da seguridade social.

120. Julgue o item que se segue:

Segundo a LRF, A despesa obrigatória de caráter continuado, para ser aprovada, segue os seguintes requisitos: aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, além disso, deve demonstrar a origem dos recursos para seu custeio ou ser compensados pela redução permanente de despesa.

ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES

Thiago Cavalcanti

Sobre mineração de dados e técnicas para pré-processamento de dados avalie os itens a seguir:

121. Mineração de dados é um campo interdisciplinar que junta técnicas de aprendizado de máquina, reconhecimento de padrões, estatísticas, banco de dados e visualização, para conseguir extrair informações de grandes bases de dados.

122. Ao longo do processo de mineração, é possível usar várias técnicas para obter os padrões sobre os dados. Por possuírem características distintas, as técnicas não devem ser combinadas dentro de um mesmo projeto de mineração.

123. As técnicas de redução de dados podem ser aplicadas para reduzir a quantidade de objetos da base, mas não para reduzir a quantidade de atributos que os descrevem.

124. A normalização é um processo de transformação dos dados que objetiva torná-los mais apropriados à aplicação de algum algoritmo de mineração, como redes neurais artificiais ou métodos baseados em distância.

Sobre modelagem preditiva, aprendizado de máquina e mineração de texto, julgue os itens a seguir.

125. Predição é uma terminologia usada para se referir à construção e ao uso de um modelo para avaliar a classe de um objeto não rotulado ou para estimar o valor de um ou mais atributos de dado objeto.

126. Aprendizado não supervisionado é baseado em um conjunto de objetos para os quais as saídas desejadas são conhecidas, ou descrita em algum outro tipo de informação que represente o comportamento que deve ser apresentado pelo sistema.

127. A análise de sentimento, também conhecida como mineração de opinião, é um tipo de classificação de textos que objetiva rotulá-los de acordo com o sentimento ou a opinião neles contidos.

Sobre big data avalie o item abaixo.

128. O termo NoSQL tem sido utilizado para diferenciar novos ambientes computacionais de armazenamento, recuperação e manipulação de dados dos sistemas de gerenciamento de dados relacionais (SGBDR) tradicionalmente encontrados nas empresas durante as últimas décadas.

Considerando que os objetos e atributos descritos na consulta abaixo existam no banco de dados, julgue as afirmações subsequentes.

```
SELECT F.Pnome, F.Unome
```

```
FROM FUNCIONARIO AS F
```

```
WHERE F.Cpf IN (
```

```
SELECT D.Fcpf
```

```
FROM DEPENDENTE AS D
```

```
WHERE F.Pnome = D.Nome_dependente
```

```
AND F.Sexo= D.Sexo);
```

129. A consulta acima vai recuperar o nome de cada funcionário que tem um dependente com o mesmo nome e com o mesmo sexo do funcionário.

130. A consulta acima apresenta a uma consulta aninhada não correlacionada.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Tonyvan Carvalho

131. Quanto à circularização, ao terminar o envio das confirmações externas individuais, o auditor deve avaliar o resultado obtido. Ele pode adotar a seguinte classificação: apropriada, considerada não confiável, não recebida e indicando exceção.

132. Os testes de auditoria analisam um elemento selecionado para determinar se um objetivo específico de auditoria foi ou não alcançado. Nesse

sentido, os testes de observância busca comprovar a validade e a propriedade material do tratamento de eventos e transações pelo ente público.

133. Evidência de auditoria compreende as informações utilizadas pelo auditor para chegar às conclusões em que se fundamentam a sua opinião. A evidência de auditoria apropriada e suficiente pode decorrer de ausência de informações.

134. Nos trabalhos de auditoria governamental, o procedimento de circularização é inadequado para a confirmação do saldo do dinheiro em caixa.

135. O teste executado pelo auditor para evitar, detectar e corrigir uma distorção relevante em uma afirmação é conhecido como procedimento substantivo.

136. Nos termos da NBC TA 530, a experiência do auditor é critério que deve ser adotado na decisão quanto ao uso de abordagem de amostragem estatística ou não estatística no processo de auditoria de uma entidade.

137. Risco de amostragem é o risco de que a conclusão do auditor, com base em amostra, pudesse ser diferente se toda a população fosse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria. O risco de amostragem pode levar a conclusões errôneas, como no caso de teste de controles, em que os controles são considerados mais eficazes do que realmente são ou no caso de teste de detalhes, em que seja identificada distorção relevante, quando, na verdade, ela não existe.

138. Nas atividades de planejamento, o auditor deve estabelecer uma estratégia global definindo o alcance, a época e a direção para o desenvolvimento do plano de auditoria. Nesse contexto, ele deve desenvolver a estratégia global contendo a descrição da natureza, a época e a extensão dos procedimentos planejados de avaliação de risco.

139. Nas atividades de auditoria pública, é esperado que o comportamento ético se baseie pelos menos nos cinco princípios: integridade, independência e objetividade, competência, comportamento profissional e confidencialidade. A integridade está associada a fazer julgamentos de forma imparcial e isenta.

140. A auditoria operacional, como realizada pelas EFS, é o exame independente, objetivo e confiável que analisa se empreendimentos, sistemas, operações, programas, atividades ou organizações do governo estão funcionando de acordo com os princípios de economicidade, eficiência e efetividade e se há espaço para aperfeiçoamento. O princípio da eficiência diz respeito a atingir os objetivos estabelecidos e alcançar os resultados pretendidos.

141. O objetivo da auditoria de conformidade do setor público, portanto, é permitir que as EFS avaliem se as atividades das entidades do setor público estão de acordo com as normas que as regem. Isso envolve relatar o grau em que a entidade auditada cumpre com os critérios estabelecidos.

142. As Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASPs) do nível 1, emitidas pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), estabelecem princípios basilares para o funcionamento dos Tribunais de Contas brasileiros, dentre os quais destacamos a previsão legal de independência do quadro funcional dos Tribunais de Contas e acesso restrito a informações.

143. Um dos atributos das evidências de auditoria é a relevância, ou seja, uma evidência legítima, baseada em informações precisas e confiáveis.

144. Todos os papéis de trabalho obtidos devem ser classificados em transitórios ou permanentes. Transitórios são aqueles necessários ao trabalho somente por um período limitado, para assegurar a execução de um procedimento ou a obtenção de outros papéis de trabalho subsequentes. Todos os demais papéis de trabalho obtidos, não classificados

como transitórios, são considerados como papéis de trabalho permanentes.

145. Os trabalhos de outros auditores podem se constituir em fontes de informação úteis para o planejamento e execução de auditorias, para determinar a natureza, oportunidade ou limitar a extensão de procedimentos de auditoria, para corroborar evidências de auditoria, dentre outras possibilidades. A responsabilidade dos auditores é reduzida pela utilização desses trabalhos.

146. O relatório de auditoria é o instrumento formal e técnico por intermédio do qual a equipe de auditoria comunica aos leitores o objetivo e as questões de auditoria, o escopo e as limitações de escopo, a metodologia utilizada, os achados de auditoria, as conclusões e as propostas de encaminhamento.

147. O Manual de Auditoria Governamental do TCE RJ relaciona os instrumentos de fiscalização adotados por essa corte de contas em suas atividades de fiscalização. Nesse contexto, o monitoramento é uma atividade realizada ao longo de um período para o controle seletivo e concomitante das atividades executadas pelo órgão/entidade jurisdicionado.

148. Um evento é um incidente ou uma ocorrência gerada com base em fontes internas ou externas, que afeta a realização dos objetivos. Os eventos podem causar impacto negativo, positivo ou ambos. Os eventos que geram impacto negativo representam riscos. O risco é representado pela possibilidade de que um evento ocorrerá e afetará negativamente a realização dos objetivos. Os eventos cujo impacto é positivo podem contrabalançar os impactos negativos ou representar oportunidades. Oportunidade é a possibilidade de que um evento ocorra e influencie favoravelmente a realização dos objetivos.

149. O auditor governamental do TCE RJ, durante a execução dos seus trabalhos, concluiu que os eventos, as transações e os demais atos de gestão pública examinados não estavam em conformidade com a legislação e as normas específicas, de modo que as demonstrações contábeis não representavam adequadamente a posição orçamentária, contábil, financeira e patrimonial do ente auditado. Em relação à natureza da opinião do auditor, o profissional de auditoria governamental deve emitir um relatório adverso.

150. O tipo de parecer de auditoria que se refere à opinião do auditor governamental sobre os valores apresentados pelas demonstrações contábeis auditadas e que expressa um procedimento de classificação de recebíveis, não refletiu com precisão, de acordo com os princípios de contabilidade, a posição patrimonial, mas não representa um erro significativo a ponto de distorcer os valores dos resultados apresentados. Em relação à natureza da opinião do auditor, o profissional de auditoria governamental deve emitir um relatório adverso.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, julgue os itens a seguir:

151. Na estrutura do Balanço Orçamentário, a receita que se espera arrecadar denomina-se receita prevista, estimada ou orçada, a qual é elaborada com base nas estimativas das fontes possíveis de arrecadação.

152. Na análise do balanço orçamentário, a diferença a maior entre a dotação atualizada da despesa e a sua correspondente execução (dotação atualizada maior que o total empenhado) corresponde a uma economia orçamentária. No caso de um auditor observar uma situação contrária (execução maior que dotação), há evidência de inconsistência, uma vez que as despesas não podem ser executadas sem a respectiva autorização orçamentária.

153. O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório das receitas orçamentárias com as extraorçamentárias e das despesas, orçamentárias com as extraorçamentárias. Se as receitas forem maiores que as despesas, ocorre um superávit; caso contrário, ocorre um déficit.

154. Demonstrações Contábeis são instrumentos de análise e controle em nível gerencial, as quais demonstram as situações econômico-financeira e patrimonial das Entidades do Setor Público. Essas informações estão organizadas, de acordo com a Lei 4.320/64, nos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais e nas Notas Explicativas.

155. Ao analisar as demonstrações contábeis de determinada entidade do setor público, um auditor objetiva, entre outros aspectos, assegurar a consistência e a transparência das informações consolidadas. Essa análise se fundamenta na avaliação da organização dos dados no formato em que serão divulgados à sociedade.

156. No âmbito do balanço patrimonial, estrutura da Lei n. 4.320/64, o ativo e passivo compensados representam contas com função precípua de controle, relacionadas aos bens, direitos, obrigações e situações não compreendidas no patrimônio mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, exceto as relativas a atos e fatos relacionados com a execução orçamentária e financeira, os quais são evidenciados no balanço orçamentário e financeiro.

157. O Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, que corresponde à diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, conjugando-se ainda os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, constituem-se em um dos valores básicos para a abertura de créditos suplementares, especiais e extraordinários.

158. O resultado Patrimonial do exercício apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) é transferido para o Balanço Patrimonial, passando a constituir o saldo patrimonial existente no período, que pode ser o Ativo Real Líquido ou o Passivo Real a Descoberto.

Julgue os itens a seguir acerca dos aspectos patrimoniais aplicáveis à Contabilidade Pública.

159. Os bens móveis e imóveis objeto de arrendamento mercantil financeiro, pela unidade contábil arrendatária, são exemplos de ativos depreciáveis. Já os animais que se destinam à exposição e à preservação são exemplos de ativos não depreciáveis.

160. O ajuste para perdas estimadas reflete a possibilidade de que parte dos valores do ativo possam não gerar os benefícios econômicos esperados. Normalmente, o reconhecimento do ajuste precede o desreconhecimento, que somente ocorrerá quando a estimativa se confirmar.

161. Toda provisão é baseada em uma estimativa, que pode ou não se confirmar. Dependendo do caso, o valor da obrigação pode ser maior ou menor do que o valor inicialmente provisionado. Nesse sentido, se o valor provisionado não for suficiente, a diferença deve ser lançada em contrapartida de uma conta de passivo, no momento do reconhecimento da respectiva obrigação a pagar.

162. Os bens podem entrar nos estoques por meio de aquisição (compra), transferência entre unidades gestoras, doação, devolução, entre outras, podendo ainda ser produzidos internamente. Na aquisição à vista de estoques, há movimentação em contas de natureza patrimonial, orçamentária e de controle do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

163. O modelo da reavaliação não pode ser aplicado a ativo intangível recebido em doação em uma transação sem contraprestação, considerando que no reconhecimento inicial esse ativo já foi avaliado ao valor justo na data da doação.

Acerca dos aspectos orçamentários que impactam a Contabilidade Pública, julgue o item a seguir:

164. O empenho é o primeiro estágio de execução da despesa, o qual não poderá exceder o limite dos créditos concedidos, sendo vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

Sobre a Execução Orçamentária e Programação Financeira, julgue os itens a seguir:

165. A execução orçamentária e a programação financeira da despesa autorizada na Lei Orçamentária Anual serão, anualmente, definidas em Decreto, que deverá ser estabelecido até sessenta dias após a publicação da Lei de Meios.

166. Após a publicação da Lei de Meios e a decretação das diretrizes de programação financeira, tem início a execução orçamentária, a partir de 1º de janeiro. As Unidades Orçamentárias podem, a partir daí, efetuar a movimentação dos créditos, independentemente da existência de saldos bancários ou recursos financeiros.

167. As despesas de capital ensejam o registro de incorporação de ativo imobilizado, intangível ou investimento (no caso dos grupos de natureza da despesa 4 – investimentos e 5 – inversões financeiras) ou o registro de desincorporação de um passivo (no caso do grupo de despesa 6 – amortização da dívida).

168. A fase “em liquidação” permite diferenciar as despesas empenhadas que já têm um passivo patrimonial correlato, cujos fatos geradores já ocorreram (empenhos em liquidação), daquelas despesas empenhadas cujos fatos geradores ainda não ocorreram (empenhos a liquidar).

169. Emitido o empenho, fica o Estado obrigado ao desembolso financeiro, pois é um ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, nos termos da Lei n. 4.320/64.

170. Revertem à dotação a importância da despesa anulada no exercício. Quando a anulação ocorrer após o encerramento do exercício, será considerada como receita do respectivo exercício de origem da despesa anulada.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

171. Além de enviar os relatórios anuais e trimestrais sobre as suas atividades, o TCE-RJ presta contas à Assembleia Legislativa, no prazo de sessenta dias da abertura da sessão legislativa.

172. O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro emite parecer prévio sobre as contas do governador do estado, cabendo ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro a emissão do parecer prévio sobre as contas dos prefeitos dos municípios do estado.

173. As contas dos chefes dos poderes, no estado do Rio de Janeiro, são julgadas pela Assembleia Legislativa, ao passo que cabe ao TCE realizar o julgamento das contas dos demais administradores.

174. O parecer prévio do TCE, sobre as contas do governador e dos prefeitos municipais, somente deixará de prevalecer mediante decisão de dois terços dos membros dos respectivos órgãos legislativos.

175. A jurisdição do TCE-RJ abrange os responsáveis pela aplicação dos recursos provenientes de compensações financeiras ou indenizações recebidas pelo Estado, resultantes do aproveitamento, por terceiros, de seus recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica e minerais.

176. A prestação de contas poderá se originar, entre outros motivos, do término de gestão, quando esta não coincidir com o exercício financeiro.

177. Não é indispensável a presença de dano ao erário para que as contas do responsável sejam julgadas irregulares.

178. As contas do governador serão apresentadas, concomitantemente, à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado, dentro de sessenta dias, após a abertura da sessão legislativa.

179. Registro é a transcrição, em livro próprio ou em ficha, de ato do Tribunal, que reconheça a legalidade da admissão de pessoal, a qualquer título, da concessão de aposentadoria, transferência para a reserva, remunerada, pensão, reforma, da fixação das respectivas remunerações, bem como da transformação da aposentadoria por invalidez em seguro-reabilitação.

180. A auditoria governamental do Tribunal de Contas do Estado poderá ser ordinária, especial ou extraordinária, sendo que a especial será autorizada pelo Presidente da Corte, contemplada em programa elaborado pelo Secretário-Geral de Controle Externo conforme critérios próprios de seleção.

181. Se houver necessidade de apurar, *in loco*, questões específicas sobre o objeto de denúncias ou representações, o Tribunal poderá adotar o levantamento.

182. Jorge foi condenado ao ressarcimento ao erário. Porém, analisando os fundamentos da decisão adotada pela Corte, ele percebeu a existência de contradições, decorrentes de duas metodologias de cálculo adotadas na instrução. Nessa situação, caberá a interposição de embargos de declaração para questionar os pontos contraditórios na decisão da Corte.

183. O agravo é o instrumento de recurso cabível contra decisões de mérito adotadas pelo Plenário do Tribunal.

184. A promoção é a passagem do servidor para o índice de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma categoria, ocorrendo automaticamente a cada três anos de efetivo exercício no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

185. Os cargos comissionados integrantes da estrutura da Secretaria-Geral de Controle Externo serão preenchidos de forma privativa por servidores efetivos do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

LICITAÇÕES, CONTROLE E CONVÊNIOS

Antonio Daud

Tomando por base os preceitos doutrinários e as disposições contidas na Lei 8.666/1993, julgue os itens a seguir.

186. As minutas de editais de licitação devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração, sendo que o servidor responsável pelo exame sempre responderá por eventuais danos decorrentes da contratação.

187. A tarefa consiste no regime de execução indireta de obra pública destinado à contratação de mão de obra para pequenos e médios trabalhos em que não há fornecimento de materiais.

188. A licitação deverá ser julgada estritamente em conformidade com os critérios previstos no instrumento convocatório, admitindo-se oferta de vantagem não prevista no edital.

189. É inviável a realização de procedimento competitivo para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.

Considerando a disciplina da Lei 10.520/2002, bem como o regramento geral de licitações e contratos, julgue o item a seguir.

190. A equipe de apoio deverá ser integrada em sua maioria por servidores pertencentes ao quadro permanente do órgão promotor do pregão, preferencialmente ocupantes de cargo em comissão.

No que se refere à prestação indireta de serviços públicos e ao regramento contido nas Leis 8.987/1995 e 11.079/2004, julgue os itens que se seguem.

191. Serviços públicos propriamente ditos são aqueles que, embora não essenciais ou necessários para a sobrevivência da coletividade, o Estado assume para si, prestando-os diretamente ou por terceiros, em razão de sua conveniência.

192. As contratações feitas pela concessionária, à exceção daquelas relativas à mão-de-obra, serão regidas pelas disposições de direito privado, havendo relação de mera vinculação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente.

193. É admitida a subconcessão do serviço público delegado, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente, sendo que a outorga de subconcessão será sempre precedida de licitação na modalidade concorrência.

Tomando por base o regramento contido na Lei 13.303/2016 atinente às licitações públicas, julgue os itens que se seguem.

194. Ao adotar o tipo técnica e preço, o gestor público deve se atentar para o percentual máximo de 50% para a ponderação das notas técnica e de preço.

195. Quando for utilizado o critério de julgamento da maior oferta de preço, os requisitos de qualificação técnica e de capacidade econômica e financeira poderão ser dispensados.

Tomando por base o regramento contido na Lei 12.462/2011, julgue os itens que se seguem.

196. É expressamente admitida a adoção do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) para realização de obras e serviços de engenharia no âmbito dos sistemas públicos de ensino e de pesquisa, ciência e tecnologia.

- 197.** A promoção do desenvolvimento nacional sustentável, embora não seja um objetivo expresso do RDC, consiste em um dos princípios enumerados na legislação.
- 198.** É sigiloso o orçamento estimado da licitação sujeita ao regime diferenciado, qualquer que seja o critério de seleção do fornecedor.
- 199.** No modo de disputa fechado, os licitantes apresentarão suas ofertas por meio de lances sucessivos, conforme o critério de julgamento adotado.
- 200.** O critério de seleção “maior oferta de preço” deverá ser utilizado exclusivamente para objetos predominantemente intelectuais, que envolvam inovação tecnológica, diferentes tecnologias ou tecnologias de domínio restrito no mercado.



Estratégia
Concursos

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TCE-RJ-31-05-20>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

A banner for the 'Assinatura Ilimitada' subscription plan. On the left, there is a close-up image of an owl's face with large yellow eyes. The text 'ASSINATURA ILIMITADA' is prominently displayed in white and blue. Below this, a blue box contains the text 'ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO SEM PREOCUPAÇÃO'. On the right, a yellow and blue price tag shows two options: '1 ANO 12X R\$ 199,97' and '2 ANOS 12X R\$ 333,97'. At the bottom left, there is a small text '*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE'.